

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Após o 25 de abril de 1974 o ensino técnico-profissional desapareceu, para regressar com a lei de bases de 1986, como uma alternativa para os alunos que queriam trilhar o seu percurso de vida com base na sua vocação.

Mas foram as escolas profissionais que começaram por dar notoriedade aos cursos profissionais e a ser o garante para todas e todos aqueles que queriam começar a trabalhar para a sua qualificação, finda a qual, ingressam nas empresas com aptidão ou no ensino superior, de nível 5 de qualificação.

Só no início do milénio, no ano letivo de 2004/2005, é que este tipo de ensino surge nas escolas públicas.

São perto de 70 000 os jovens que frequentam atualmente o ensino profissional. Hoje os jovens têm o direito de escolher entre o ensino “regular” e o ensino profissional mas têm de lhes ser dadas ferramentas para isso.

Os Estados Membros da OCDE têm de ter, pelo menos, 50% dos alunos qualificados do ensino profissional a ingressar no ensino superior. Mas da totalidade dos alunos que concluem estudos no ensino profissional, 84% escolhem não seguir para o ensino superior. Estes números têm que ser revertidos e Portugal está a fazer o seu caminho no sentido certo.

Hoje em dia, a maioria das escolas profissionais já apresentaram candidatura à certificação da formação profissional para a atribuição do selo EQAVET. Este selo significa que os cursos lecionados estão alinhados com o Quadro de Referência Europeu de Garantia de Qualidade.

Esta certificação da garantia da qualidade do ensino e formação profissional está associada a determinados objetivos: valorização pública do sucesso dos alunos do ensino profissional, reforço da comunicação com a comunidade, envolvimento dos pais e encarregados de educação destes alunos na ação educativa, inclusão da avaliação dos intervenientes nos

relatórios de avaliação das atividades e implementação de mecanismos de autoavaliação nas diversas estruturas das escolas.

A política de Coesão da EU investe nas aptidões e nas competências das pessoas, ao longo da vida, objetivando o aumento da produtividade e da competitividade da Europa. Para a promoção da Coesão Social, é essencial criar condições a todos os cidadãos a beneficiarem de uma melhor e maior oferta de emprego.

O ensino e formação profissional foi uma das onze prioridades para a Política de Coesão Social durante o período de 2014 – 2020 (objetivo temático 10).

O Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) apoiam atividades que ajudam a:

- modernizar os sistemas de ensino e formação, incluindo investimentos em infraestruturas educativas;
- reduzir o abandono escolar precoce;
- promover um melhor acesso de todos a uma educação de boa qualidade, desde a escola primária até ao ensino superior;
- melhorar o acesso à aprendizagem ao longo da vida;
- reforçar os sistemas de formação e de formação profissional.

O ensino profissional, com formação dual, é cada vez mais visto pela Organização Internacional do Trabalho, pela OCDE e pela UNICEF como uma das melhores qualificações dos jovens num futuro incerto e em que não sabemos quais serão as profissões que irão existir.

Face ao exposto,os deputados do PSD da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, vem solicitar, através de Vossa Excelência, ao Senhor Ministro da Educação, de que nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Senhor Ministro conhecimento da dificuldade que as escolas profissionais têm em submeter atempadamente os pedidos de reembolsos, através da plataforma Balcão Portugal 2020?
2. Tem o Senhor Ministro conhecimento que o Balcão 2020 também serve as empresas que se candidatam ao programa Apoiar.pt, o que torna a plataforma lenta ou temporariamente inativa por sobrecarga da mesma?
3. Tem o Senhor Ministro conhecimento que os próprios funcionários do POCH têm dificuldade de aceder aos documentos pela lentidão da referida plataforma?
4. Tem o Senhor Ministro conhecimento que nem todas as escolas profissionais receberam o reembolso dos saldos finais submetidos em setembro/outubro (destas os processos de umas estão em análise outras nem em análise estão), colocando em causa a qualidade do ensino prestado e a “saúde” financeira das escolas?
5. No ano letivo 2020/2021 após os municípios terem elaborado o Sistema Antecipado de Necessidades de Qualificações (SANQ) e de as CIM's, nomeadamente a do Ave, terem articulado com a DGEstE, os cursos profissionais a lecionar receberam informação de que a oferta educativa seria a mesma da do ano anterior.Estamos no terceiro período letivo, as escolas profissionais receberam as prevalências/relevâncias dos cursos e fizeram uma proposta tendo em conta a mesma. A nível municipal a articulação da oferta formativa foi efetuada, mas nas CIM's ainda não realizaram, juntamente com a DGEstE, a articulação necessária.

É urgente divulgar a oferta de cursos profissionais e trabalhar na orientação vocacional mas não existem diretrizes. Ninguém sabe se vai acontecer como no presente ano letivo, se articulação a nível supramunicipal vai ou não acontecer. Como é fácil de entender está criado mais um constrangimento ao normal funcionamento dos cursos profissionais.

Para quando uma decisão, Senhor Ministro?

Palácio de São Bento, 8 de abril de 2021

Deputado(a)s

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

ILÍDIA QUADRADO(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

PEDRO ALVES(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

JOSÉ CESÁRIO(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)